



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria de Gestão

Gerência de Bens e Serviços

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1 - INTRODUÇÃO**

1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP baseia-se nas orientações constantes de uma contratação e serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como fundamentar o Termo de Referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 18º, inciso I e II.

1.1.1 Diante do exposto no subitem anterior, foi confeccionada esta versão 3 do Estudo Técnico Preliminar, adaptado ao Decreto nº 48.816/2023, que regulamenta a fase preparatória das contratações de que trata a Lei nº 14.133/23.

1.2 Este Estudo tem como objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação do serviço de prevenção e combate a incêndio e atendimento de emergências setoriais por meio de Brigada de Incêndio constituída de Bombeiros Cíveis, de forma contínua nas dependências do Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), localizada na Rua do Carmo, nº 27 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.011-900 e na Unidade da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) – Centro Cultural da PGE-RJ, localizada na Praça Quinze de Novembro, nº 101 (antigo Convento Nossa Senhora do Carmo), Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.011-900.

1.3 Ademais, este ETP tenciona demonstrar a viabilidade técnica e econômica de que, além dos serviços mencionados no item acima, a contratada preste o serviço de **treinamento de Brigada Voluntária de Incêndio (BVI)** de acordo com a Nota Técnica CBMERJ 02-11/2019, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente Estudo Técnico.

1.4 A contratação em tela é fundamental para proteger e resguardar a vida, o patrimônio público e o meio ambiente, de forma a prevenir eventual sinistro e reduzir suas consequências sociais.

**2 - DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1 A PGE não dispõe em seu quadro funcional de servidores especializados para o exercício das funções inerentes às atividades de brigadista civil, uma vez que estes profissionais deverão ter formação e especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros-socorros, cuja formação deve estar vinculada a uma empresa formadora de brigadista particular junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

2.2 O serviço em tela é imprescindível ao adequado funcionamento do Edifício-Sede da PGE-RJ e do Centro Cultural da PGE-RJ, não somente no período de seu funcionamento para o público e servidores, mas também no período noturno, finais de semana e nos feriados, podendo sua ausência causar incontáveis prejuízos, pois um início de fogo pode se transformar em incêndio, tornando muito mais difícil a reversão dos danos pelo CBMERJ.

2.3 O serviço que se pretende contratar é de natureza continuada, e tem por finalidade ater-se à necessidade de prover a PGE-RJ de segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndios e nos atendimentos de primeiros-socorros e pré-hospitalar, de urgência e de emergência a seus servidores, prestadores de serviço e visitantes, ou seja, um primeiro atendimento antes da chegada do Corpo de Bombeiros.

2.4 Por fim, é mister pontuar que a aglutinação da contratação destes serviços para o Edifício-Sede e para o Centro Cultural PGE-RJ além de tornar o certame mais atrativo para os licitantes, já que aumentará o número de postos de trabalho, pode proporcionar, através da economia de escala, um preço mais vantajoso para o órgão. Para além disso, a junção de contratos que outrora eram celebrados de forma separada há de facilitar a fiscalização do contrato.

2.5 No tocante à prestação do serviço de treinamento da Brigada Voluntária de Incêndio (BVI), os motivos que ensejam a contratação seguem abaixo:

2.5.1 A PGE-RJ atua como órgão responsável pela representação judicial e consultoria jurídica do Estado do Rio de Janeiro, e além do seu Quadro fixo de Procuradores, servidores, residentes e estagiários, registra um número considerável de atendimentos ao público interno e externo, bem como a constante presença de autoridades dos Três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), o que traz à tona a necessidade de qualificar seus funcionários para os mais diversos casos de emergências.

2.5.2 A Brigada de incêndio voluntária é uma organização interna treinada e preparada para atuar com rapidez e eficiência em casos de princípio de incêndio dentro de uma instituição, tanto auxiliando à brigada civil residente nos edifícios de propriedade da PGE na capital do estado no combate e na extinção do fogo, quanto organizando e auxiliando na retirada segura das pessoas dos ambientes afetados para um local de refúgio, auxiliando até a chegada de socorro especializado ou do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

2.5.3 A Brigada Voluntária de Incêndio – BVI, será um grupo formado por servidores lotados na PGE-RJ, no Prédio Sede e no Convento.

2.5.4 Ademais, a PGE-RJ busca garantir o cumprimento da Nota Técnica nº 02-11-2019 Brigada de incêndio, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, Portaria CBMERJ nº1071, de 27 de agosto de 2019.

2.5.5 Considerando ainda, o Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico – COSCIP, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a presente solicitação tem por objetivo promover o conhecimento necessário para que os servidores estejam capacitados para atuar em situações de emergência, bem como na prevenção de incêndio que possam pôr em risco a vida das pessoas e da estrutura física e histórica das Unidades da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

2.5.6 Nunca houve contratação para treinamento de brigada voluntária nesta PGE, sendo os treinamentos realizados em anos anteriores de iniciativa da Assessoria de Segurança Institucional, que não dispõe de pessoal nem estrutura física que possibilite o treinamento nos termos das Normas Técnicas vigentes.

2.6 Cabe ressaltar que o contrato PGE-RJ nº 1/2019 tem seu término previsto para o dia 26/4/24, quando completará 60 (sessenta) meses, sendo portanto imprescindível iniciarmos as tratativas para uma nova contratação.

### 3 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1 - DOS POSTOS DE TRABALHO E DIMENSIONAMENTO DA BRIGADA CIVIL RESIDENTE.

3.1.1 Conforme definições e conceitos da Nota Técnica 2-11/2019, do CBMERJ:

**3.1.1.1 Bombeiro Civil (BC)** - aquele que, habilitado nos termos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, exerça, em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndio. Os BC que exercem funções classificadas como de Bombeiro Civil, nível básico, combatente ou não, do fogo, deverão possuir homologação e habilitação registradas no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), na forma prevista nesta Nota Técnica.

**3.1.1.2 Bombeiro Civil Líder** - formado como técnico em prevenção e combate a incêndio, em nível de ensino médio, comandante de guarnição em seu horário de trabalho.

3.1.2 Conforme o item II, do art. 5º, da Lei Estadual nº 9.112, de 25/11/2020, a brigada profissional formada por bombeiro civil deverá ter, pelo menos, um bombeiro civil do sexo feminino na equipe.

#### 3.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE BVI E TREINAMENTO.

3.2.1 Treinamento para formação de brigadistas de incêndio/socorristas, conforme legislação vigente, proporcionando aos alunos conhecimentos para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros e desenvolver equipe com padrões de liderança para que possam atuar de maneira estratégica, contemplando o seguinte:

3.2.2 Treinamento teórico e prático a ser ministrado em conformidade com o que preceitua a NT 02/11/2019 CBMERJ.

3.2.3 A proponente deverá apresentar comprovação de estar devidamente CREDENCIADA pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da legislação Estadual específica, a prestar o serviço objeto desta licitação, tal comprovação poderá ocorrer para fins de assinatura do contrato.

3.2.4 Considerando o item 5.6.4 da Nota Técnica nº 2-11/2019 do CBMERJ, como a carga horária mínima do curso de formação de brigadistas voluntários é de 16 (dezesseis) horas-aula, o referido curso deverá ter duas aulas, cada qual com a duração de 8 (oito) horas.

3.2.5 O serviço de treinamento de Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) **não poderá ser realizado no Edifício-Sede da PGE-RJ**, devendo ser executado em campo de treinamento que atenda aos requisitos da Nota Técnica CBMERJ 02-11/2019.

3.3 Para a presente contratação será vedada a contratação de cooperativas de serviços.

#### 3.4 - NORMAS APLICÁVEIS

3.4.1 Na elaboração do presente estudo foram utilizadas a seguinte legislação:

1. Lei Federal nº 11.901, de 12/01/2009 - Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências;
2. Portaria Federal Nº 108, de 12/07/2019 - Institui o Modelo Nacional de Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Emergências;
3. Norma Regulamentadora 23 – Proteção Contra Incêndios – Ministério do Trabalho e Emprego;
4. Lei Estadual nº 9.112, de 25/11/2020 – Manutenção de Brigada Profissional Civil no RJ;
5. Decreto Estadual nº 42, de 26/12/2018 - Novo Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CoSCIP) – CBMERJ;
6. Portaria CBMERJ nº 1071, de 27/08/2019 - Notas Técnicas – CBMERJ;
7. Nota Técnica nº 1-01/2019 – Procedimentos administrativos para regularização e fiscalização – Parte 1 – Regularização – CBMERJ;
8. Nota Técnica nº 2-11/2019 – Brigada de Incêndio – CBMERJ;
9. NBR 14276 – Brigada de Incêndio - Requisitos - ABNT;
10. NBR 14608 – Bombeiro Profissional Civil - ABNT;
11. NBR 15219 - Plano de Emergência contra Incêndio – Requisitos – ABNT;
12. Lei 8.666/1993, de 21 de junho de 1993;
13. Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017 (Estudos Técnicos Preliminares); e
14. Decreto 46.642, de 17 de abril de 2019 que regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

### 3.5 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.5.1 Implantar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de início dos serviços ou data acordada no instrumento contratual, a mão-de-obra nos respectivos postos e nos horários e jornadas fixadas na escala de serviço elaborada pela Assessoria de Serviços e Coordenadoria de Prevenção de Risco da Assessoria de Segurança Institucional, estabelecendo adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços.

3.5.2 Comprovar, ao iniciar os serviços e quando houver alteração:

- i) a Brigada de Incêndio por meio de documento de credenciamento de empresa prestadora de serviço de Bombeiro Civil junto ao CBMERJ;
- ii) a formação técnica e específica da mão-de-obra utilizada na execução dos serviços contratados.

3.5.3 A comprovação da formação técnica da mão-de-obra alocada na execução dos serviços será realizada através de certificados expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, da seguinte forma:

- a) Bombeiro Civil: profissional com curso de formação de Bombeiro Civil (BC), em ata registrada por empresa credenciada no CBMERJ, como formadora de bombeiro profissional civil e devidamente homologada pelo CBMERJ, com formação educacional de nível fundamental;
- b) Bombeiro Civil Líder: formação como técnico em prevenção e combate a incêndio, em nível de ensino médio, comandante de guarnição em seu horário de trabalho;
- c) Coordenador da Brigada de Bombeiro Civil: profissional com formação educacional de nível técnico ou superior, com especialização em Prevenção e Combate a Incêndio, com experiência na elaboração de Planos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, não residente.

3.5.4 Os Certificados de Conclusão de Curso deverão conter os dados de identificação do Bombeiro, o período de duração e a carga horária, estando habilitados durante toda a vigência do contrato e homologados. Os profissionais deverão ser portadores da respectiva Carteira de Habilitação como Bombeiro Civil expedida pelo CBMERJ, dentro da validade, conforme Resolução do CBMERJ/SEDEC.

3.5.5 Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica no ato do recebimento da Ordem de Início de Serviços, preposto(s) para representar administrativamente a empresa sempre que necessário. O(s) preposto(s) ainda deverão estar habilitados a responder pela Contratada a qualquer indagação sobre a operacionalização e a qualidade dos serviços.

3.5.6 Apresentar à Assessoria de Serviços e à Coordenadoria de Prevenção de Risco da Assessoria de Segurança Institucional por meio de comunicação impressa, no início dos serviços e sempre que houver alteração ou solicitação, uma relação nominal da guarnição dos Bombeiros Cíveis, assinando o Bombeiro Civil Líder e os Bombeiros Cíveis, apontando as suas qualificações, bem como a comprovação do vínculo empregatício e as respectivas cargas horárias em conformidade com as leis trabalhistas.

3.5.7 Elaborar, em conjunto com a Assessoria de Serviços e a Coordenadoria de Prevenção de Risco da Assessoria de Segurança Institucional, o Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (PPCI) e o Plano de Abandono Predial (Escape), de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, que deverá entrar em vigor e ser remetido, caso necessário, ao órgão competente do Corpo de Bombeiros em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a eficácia contratual, e implementar, manter e revisar o plano anualmente ou em qualquer alteração, visando proteger a vida, o patrimônio e o ambiente.

3.5.8 Efetuar, de forma programada e conforme orientações da Assessoria de Serviços e da Coordenadoria de Prevenção de Risco da Assessoria de Segurança Institucional, simulações e treinamento de prevenção e combate a incêndio, controle do pânico e primeiros socorros, envolvendo a população fixa do edifício, os Bombeiros Cíveis, caso existam, os Bombeiros Voluntários, e se necessário o Corpo de Bombeiros. O treinamento compreende, além dos exercícios simulados e orientações de procedimento, a cooperação na realização de palestras e estágios.

3.5.9 Fornecer aos Bombeiros, sem repasse dos custos, os equipamentos e os uniformes completos e dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis e, também, em conformidade ao disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

3.5.10 Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os Bombeiros durante a execução dos serviços.

3.5.11 Procurar manter fixos sempre os mesmos Bombeiros que concorrem aos postos, a fim de evitar constantes substituições, minimizando, assim, prejuízos na prestação dos serviços. Quando ocorrer substituição de Bombeiro, prover treinamento adequado ao substituto, mormente quanto à rotina dos serviços.

3.5.12 Providenciar, na falta do Bombeiro ao serviço por motivo de saúde ou qualquer adversidade, de imediato, sem qualquer ônus adicional, a sua substituição ou reposição no prazo máximo de 2 (duas) horas, não sendo permitida, em razão da ocorrência, a prorrogação ou dobra da jornada de trabalho. Na impossibilidade de substituição do Bombeiro faltoso, de licença médica, adversidade ou em gozo de período de férias a tempo de cumprimento do horário estabelecido, a PGE-RJ efetuará o desconto das ausências no faturamento do mês de ocorrência ou no mês subsequente, independente das penalidades cabíveis.

3.5.13 Informar com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, sobre ausências por motivo de férias ou possibilidade de licença do Bombeiro Civil, providenciando sua substituição.

3.5.14 Responsabilizar-se pelo transporte dos Bombeiros até as dependências da PGE-RJ, e vice-versa, por meios próprios, em caso de paralisação dos transportes coletivos.

3.5.15 Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e Fatura mensal referente aos serviços prestados, um relatório de execução dos serviços assinado pelo Responsável Técnico, referente ao mês anterior, informando sobre as irregularidades encontradas nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, riscos identificados, emergências atendidas, exercícios simulados, treinamentos, entre outros assuntos compreendidos na atribuição das atividades da Brigada de Incêndio.

- 15/02/2024, 10:15SEI/ERJ - 66080400 - Estudo Técnico Preliminar - PGE
- 3.5.16 Responder por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio da PGE-RJ e das demais unidades, ou de terceiros, desde que nas dependências da PGE-RJ, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis as providências necessárias ao ressarcimento.

3.5.17 Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

3.5.18 Manter seu pessoal provido dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

3.5.19 A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito.

3.5.20 Orientar os Bombeiros Profissionais Civis para não se ausentarem de seus postos antes do comparecimento daqueles que irão substituí-los, segundo programado.

4 - DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 Foi realizada pesquisa de mercado para a contratação em tela, estando seu respectivo mapa comparativo acostado no índice 61024264. Em paralelo foi preenchida a planilha de formação de preços (62611725) pelo Núcleo de Apoio à Fiscalização de Contratos desta Procuradoria, a partir da qual foi detectada estimativa de preço menor que a observada na pesquisa de mercado, conforme ratificado no despacho da d.Gerência de Licitações e Contratos, acostada no nº sei 61024370.

4.2 A existência da pesquisa de mercado anterior ao presente Estudo justifica-se pelo fato do advento do Decreto nº 48.855/2023, que regulamenta a aplicação da Lei 14.133/21 no âmbito da administração pública no Estado do Rio de Janeiro, conforme detalhado no despacho de índice 66067564.

5 - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 Diante da existência de estimativa de preço menor a partir do preenchimento da planilha de formação de preços citada no subitem 4.1, consta nos autos levantamento de preços nos termos do despacho autuado em 63024885, no qual é informado o valor global estimado para a presente contratação no valor global para 24 (vinte e quatro) meses de prestação de serviços de R\$ 3.068.493,09 (três milhões, sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e três reais e nove centavos), conforme cálculo realizado pela equipe do Núcleo de Apoio à Fiscalização de Contratos (62697062), de acordo com o subitem 4.1 do presente Estudo.

5.2 PREÇO PRATICADO NOS CONTRATOS DE BRIGADA RESIDENTE VIGENTES.

5.2.1 Tendo em vista o último Aditamento do contrato em vigor para a prestação dos serviços em tela, cabe registrar que o valor para um período de 12 (doze) meses para o edifício-sede da PGE foi de **R\$ 835.350,96** (oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos), perfazendo um custo mensal de **R\$ 69.612,58** (sessenta e nove mil seiscentos e doze reais e cinquenta e oito centavos).

5.2.2 Quanto ao último Aditivo do contrato em vigor para a prestação dos serviços em tela, cabe registrar que o valor para um período de 12 (doze) meses para o Convento do Carmo (Centro Cultural da PGE) foi de **R\$ 533.299,44** (quinhentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo um custo mensal de **R\$ 44.441,62** (quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos).

6 - DA ANÁLISE DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

6.1 Visando otimização das atividades de fiscalização, gestão, e também objetivando economia de escala, por buscarmos uma única contratação para os dois edifícios, com maior quantidade de postos de mão de obra, resultando em menores custos na prestação desses serviços, optou-se pela contratação no formato em que consta neste Estudo, prevendo a junção dos postos de trabalho do Edifício-Sede e do Convento em um só Contrato.

6.2 Já a contratação de empresa especializada em treinamento de Brigadistas Voluntários de Incêndios - BVT's estava sendo tratada de forma separada deste administrativo, através do processo de contratação nº SEI-140001/017939/2023. Todavia, após consultas ao setor requisitante e a servidores técnicos na matéria, entendemos que a contratação em conjunto com a licitação de Brigadas de Incêndio para os referidos imóveis traria melhores resultados para esta PGE, seja quanto ao valor a ser eventualmente contratado, já que mais um serviço agregado ao contrato traz maior atratividade e possibilidade de diminuição de custos, além da simplificação das atividades de gestão e fiscalização.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE BRIGADA DE INCÊNDIO RESIDENTE - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA.

7.1.2 A execução dos serviços de brigada será operacionalizada por meio de Brigadas de Incêndio residentes no Edifício-sede e no Antigo Convento do Carmo, constituída por postos de Bombeiro Civil e Bombeiro Civil Líder, distribuídos segundo as escalas, jornadas de trabalho e quantidades, com base na experiência da última contratação e também da NT-2-11/2019, do CBMERJ, que trata da quantidade de Bombeiros conforme classificação da edificação, onde será descrito, conforme tabela abaixo:

7.1.2.1 EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO RJ

FUNÇÃO	ESCALA	JORNADA	POSTOS
Bombeiro Civil Líder	Diurna	Ininterrupta	1

https://sei.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\_imprimir\_web&acao\_origem=arvore\_visualizar&id\_documento=73114084&infra\_sis... 4/10

FUNÇÃO	ESCALA	JORNADA	POSTOS
	12 x 36 horas	7 h às 19 h	1
	Noturna	Ininterrupta	
Bombeiro Civil	12 x 36 horas	19 h às 7 h	2
	Diurna	Ininterrupta	
	12 x 36 horas	7 h às 19 h	2
	Noturna	Ininterrupta	
	12 x 36 horas	19 h às 7 h	

7.1.2.2 CENTRO CULTURAL DA PROCURADORIA GERAL DO RJ (ANTIGO CONVENTO DO CARMO)

FUNÇÃO	ESCALA	JORNADA	POSTOS
Bombeiro Civil Líder	12 x 36 horas	7 h às 19 h	1
	Diurna	Ininterrupta	
	12 x 36 horas	19 h às 7 h	1
	Noturna	Ininterrupta	
Bombeiro Civil	12 x 36 horas	7 h às 19 h	1
	Diurna	Ininterrupta	
	12 x 36 horas	19 h às 7 h	1
	Noturna	Ininterrupta	

7.2 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO DE BRIGADISTA VOLUNTÁRIO DE INCÊNDIO - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA.

7.2.1 Este serviço será realizado em turmas, as quais serão formadas por servidores da Procuradoria Geral do Estado, lotados no Prédio Sede e Antigo Prédio do Convento do Carmo, em um total de 40 (quarenta) brigadistas, sendo 02 (duas) turmas de 20 (vinte) pessoas cada, conforme especificações e quantitativos discriminados na tabela abaixo.

Descrição/Especificação	Quantidade de Turmas	Quantidade de Servidores por Turma
Serviços de treinamento, Descrição: contratação de empresa especializada em treinamento de brigadista voluntário	2	20

7.2.2 A contratada deve oferecer flexibilização de datas para os cursos, bem como, disponibilizar 02 (dois) funcionários para participarem do escape nos prédios da Procuradoria Geral do Estado e Antigo Convento do Carmo, em datas a serem confirmadas, após a contratação.

7.2.3 Os escapes a serem realizados nas edificações devem ser executados em dias diferentes, conforme ajustado com a fiscalização.

7.2.4 O treinamento deverá ser, na sua totalidade, na modalidade presencial e os conteúdos teóricos deverão ser ministrados por preleção, e os práticos, por vivência e participação.

7.2.5 Fornecimento de material didático, sob forma de apostila impressa e digital, abrangendo detalhadamente o conteúdo teórico do treinamento a todos os alunos, bem como todo o material necessário para que o treinamento prático satisfaça os seus objetivos, incluindo fornecimento, sob cautela, de uniformes e EPIs.

7.2.6 Realização de avaliação teórica e prática dos treinandos, para fornecimento dos certificados de participação, bem como distribuição de formulário de avaliação dos conteúdos apreendidos no curso, que deverá ser encaminhado ao fiscal do Contrato na data seguinte de realização do treinamento.

7.2.7 Cada brigadista manuseará os equipamentos de combate a incêndio que usualmente são encontrados nos recintos das edificações, a exemplo: mangueiras de 1½” e 2½”, esguichos sólidos e reguláveis, chave de mangueira e derivante (hidrante duplo), acessórios e extintores de incêndio em geral e os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequados.

7.2.8 A contratada deverá possuir instalações completas para treinamento (pista), arcando com todos os custos decorrentes do seu uso.

7.2.9 Aceitar pedido formulado pela Coordenadoria de Prevenção de Riscos da Assessoria de Segurança Institucional (ASI) de alteração de data, desde que tal pedido seja encaminhado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis antes da ocasião do treinamento a ser remarcado. A nova data de realização do treinamento, a ser acordada entre as partes, não deverá ser superior a 30 (trinta) dias da data inicial agendada.

7.2.10 Os formulários de inscrição preenchidos dos participantes deverão ser encaminhados à ASI, por meio físico ou eletrônico, no primeiro dia útil após a realização do treinamento;

7.2.11 A contratante deverá prover o transporte do alunos do edificio-sede da PGE até o local do curso.

- 7.2.12 Os aparelhos extintores deverão estar plenamente carregados e lacrados antes do início dos treinamentos práticos e as mangueiras deverão estar em condições plenas de uso de acordo com a NBR 11861.
- 7.2.13 A empresa contratada deverá emitir certificados de conclusão no final de cada curso, para cada servidor participante.
- 7.2.14 A contratada deverá, também, enviar para a fiscalização cópia dos certificados nominais de conclusão, listas de presença e as avaliações do treinamento preenchidas pelos servidores da Contratante, em até 3 (três) dias úteis após o término de cada turma.
- 7.2.15 Providenciar para que os instrutores do módulo teórico estejam de posse de notebooks e projetores multimídias para iniciar cada sessão teórica.
- 7.2.16 Os aulas devem acontecer no horário das 8 h às 17 h, com intervalo de 1 (uma) hora para o almoço.
- 7.2.17 As aludidas aulas devem ser realizadas em datas a serem definidas pela fiscalização do contrato, na forma do item 4.2.4.17, ou conforme combinado com a fiscalização.
- 7.2.18 A fim de que os alunos não esqueçam o conteúdo da primeira aula, devido a um grande lapso temporal, a segunda aula será realizada no dia útil que suceder a primeira; exceções poderão ser pactuadas com a fiscalização.
- 7.2.19 Concluída a primeira turma, a segunda deve ser iniciada no prazo de 30 (trinta) dias.
- 7.2.20 Após o decurso do prazo de 1 (um) ano, caso necessário, a Contratada poderá solicitar que seja realizada a formação de uma nova turma de brigadistas voluntários.

### 7.3 - DOS EQUIPAMENTOS E VESTUÁRIOS DA EQUIPE DE BRIGADA CIVIL

- 7.3.1 A CONTRATADA deverá fornecer, ao iniciar os serviços, todos os materiais e equipamentos a serem utilizados em serviço pela Brigada de Incêndio, julgados importantes e necessários ao desenvolvimento das suas atividades, com previsão de ressurgimento de estoque, caso se faça necessário, sendo que os quantitativos serão fixados de acordo com o número de Bombeiros e a necessidade das edificações, conforme descrito no Termo de Referência.
- 7.3.2 Os Bombeiros Civis utilizarão vestuário fornecido pela CONTRATADA, incumbindo a essa controlar, diariamente, o estado de asseio e apresentação dos mesmos, promovendo a imediata substituição das peças inadequadas, sempre que necessário, conforme Termo de Referência ou quando requerido pela Fiscalização, sem ônus para a PGE-RJ.
- 7.3.3 A CONTRATADA fornecerá a cada ano, no mínimo, 02 (dois) conjuntos completos a cada Bombeiro civil, sendo 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, por critério e solicitação da CONTRATANTE e após comunicação escrita, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, conforme explicitado no Termo de Referência.

### 7.4 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA - SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DO EIFÍCIOS-SEDE E DO CENTRO CULTURAL

- 7.4.1 Os sistemas instalados nas dependências do Edifício-Sede da PGE-RJ e no Centro Cultural da PGE-RJ são considerados equipamentos de proteção coletiva (EPC), e são localizados através das plantas aprovadas e Laudos de Exigências emitidos pelo Corpo de Bombeiros, identificando os equipamentos que serão necessários e onde os mesmos deverão ser colocados:

#### 7.4.1.1 EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO RJ

- a) 02 (duas) Bombas de incêndio de 15 (quinze) cavalos (CV), sendo 01 (uma) principal e a outra reserva para o sistema de hidrantes;
- b) 02 (duas) bombas de incêndio para o sistema de chuveiros automáticos do tipo sprinklers de 50 (cinquenta) cavalos (CV);
- c) 01 (uma) Bomba Jockey de 10 (dez) cavalos (CV) para o sistema de chuveiros automáticos do tipo sprinklers;
- d) 965 (novecentos e sessenta e cinco) chuveiros automáticos do tipo sprinklers;
- e) 36 (trinta e seis) Caixas de Incêndio com 02 lances de mangueira tipo 02 em cada, de acordo com a NBR 11861/98, em conformidade com a ABNT, localizadas na Rua do Carmo, nº 27, Centro;
- f) 02 (duas) centrais de detecção e alarme de incêndio, modelo FIRENET 4172, marca PROLINE;
- g) 770 (setecentos e setenta) detectores ópticos de fumaça modelo ALG-V;
- h) 104 (cento e quatro) acionadores manuais endereçáveis modelo HMS-401-PE (tipo “quebre o vidro”);
- i) 17 (dezessete) módulos de comando de som para acionamento de sirenes;
- j) 16 (dezesseis) chaves de fluxos em rede de sprinklers para acionamento no painel de detecção;
- j) 104 (cento e quatro) sirenes HF24;
- k) 198 (cento e noventa e oito) blocos autônomos sinalizadores de saída de emergência (pontos de luzes de emergência);
- l) 15 (quinze) portas corta-fogo, sendo uma em cada andar;
- m) 361 (trezentos e sessenta e um) extintores (AP, PQS e CO2);
- n) Escada de emergência (térreo ao 15º andar);
- o) Escada de emergência no subsolo;
- p) Sinalização de emergência e antipânico; e
- q) Sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA.

#### 7.4.1.2 CENTRO CULTURAL DA PGE (ANTIGO CONVENTO DO CARMO)

- a) 01 (uma) Central de Detecção e Alarme de Incêndio, com certificação UL/FM completa, com 3 laços instalados com capacidade de até 250 endereços cada um, sendo os laços endereçáveis do tipo classe B, display LCD de 4 linhas por 20 caracteres.
- b) 105 (cento e cinco) detectores ópticos de fumaça;
- c) 04 (quatro) detectores termovelocimétricos;
- d) 11 (onze) acionadores manuais endereçáveis;
- e) 6 (seis) sirenes, sendo 1 (uma) em cada pavimento de cada bloco;
- f) 108 blocos autônomos de emergência (iluminação de emergência);
- g) 02 (duas) eletrobombas de incêndio de 7,5 (sete e meio) cavalos, sendo 01 (uma) principal e a outra reserva para o sistema de hidrantes, com AMT de 56 MCA e vazão de 200 litros/minuto;
- h) 01 (um) Sistema de FM 200 de 173 Kg na Sala Otávio Tarquino, localizada no 2º pavimento do Bloco 1 (Praça Quinze de Novembro);
- i) 13 (treze) Caixas de Incêndio com 02 lances de mangueira tipo 02 em cada, de acordo com a NBR 11861/98, em conformidade com a ABNT, e 13 (treze) esguichos reguláveis;
- j) 14 (quatorze) extintores tipo AP 10 litros, 15 (quinze) extintores tipo CO2 6 Kg e 01 (um) PQS 6 Kg; e
- k) 01 (um) Sistema de FM 200 de 173 Kg na Sala Otávio Tarquino, localizada no 2º pavimento do Bloco 1 (Praça Quinze de Novembro).

### **8 - DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO**

8.1 Conforme exposto nos subitens 6.2 e 6.3, nos quais é citada a economia de escala que se alcança na junção dos mesmos serviços para uma mesma Instituição, mesmo que em Unidades Administrativas diversas, e considerando os aspectos abordados, necessários para que a contratação em comento atenda a demanda, entendemos que o parcelamento não é viável, além de que, o objeto do presente Estudo trata-se de prestação de serviços com natureza contínua.

### **9 - DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

9.1 As contratações atuais de Brigada de Incêndio com mão de obra residente para as duas Unidades da PGE (Edifício-sede e Convento), são executadas atualmente através de contratações apartadas, pelos Contratos PGE nº 01/2019 e 11/2022, processos E-14/001.018289/2018 e SEI-140001/006797/2021, respectivamente.

9.2 O Contrato PGE nº 01/2019 - Brigada para o Edifício-sede, tem vigência até o dia 27/4/2024, quando alcançará 60 (sessenta) meses.

9.3 O Contrato PGE nº 11/2022 - Brigada para o Convento do Carmo, tem vigência até o dia 31/5/2024, quando alcançará 24 (vinte e quatro) meses.

### **10 - DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

10.1 A referida contratação obedecerá ao contido na RESOLUÇÃO PGE Nº 4.200, DE 16 DE ABRIL DE 2018, que instituiu o Plano Estratégico da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

10.2 Ademais, de acordo com o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, a PGE-RJ possui o Plano Anual de Contratações (PAC) e a previsão da contratação constará no respectivo PAC e está em consonância com o planejamento realizado.

### **11 - DA DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO SERVIÇO**

11.1 A contratação em comento trata-se de um objeto comum e passível de ser enquadrado nas licitações por Pregão.

11.2 Ademais, é importante observar que a natureza do serviço a ser contratado é contínuo, considerando que é de permanente necessidade, e objetiva atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades desta PGE sem interrupção, proporcionando a prestação de um serviço público eficiente, eficaz e de excelência no cumprimento de sua missão institucional.

### **12 - RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1 A Prestação de Serviços de Prevenção e Combate a Incêndio de Bombeiro Civil, nos postos discriminados conforme nomenclatura citada, tem como atribuição ações de prevenção e de emergência, conforme é descrito a seguir de maneira resumida.

#### **a) Ações de prevenção**

- ✓ Identificar e avaliar os riscos existentes;
- ✓ Elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos com apresentação de eventuais sugestões para melhoria das condições de segurança;
- ✓ Inspecionar e testar periodicamente os equipamentos de combate a incêndio e afins;

- ✓ Conhecer a técnica para utilização dos equipamentos e sistemas de extinção de incêndio, tais como válvulas, mangueiras, extintores, sistemas de proteção por sprinklers, sistemas de detecção e alarme, sistemas de extinção por FM 200, sistemas do conjunto de bombas de pressurização da casa de máquinas de incêndio (CMI), iluminação de emergência, entre outros;
- ✓ Conhecer a localização de alarmes, botoeiras de alarme, sinalizações de emergência, blocos autônomos de emergência (iluminação de emergência), extintores, caixas de incêndio, CMI, sistemas de extinção por FM 200, entre outros;
- ✓ Inspeccionar periodicamente os equipamentos de proteção contra incêndio e de rotas de fuga, comunicando, com a maior brevidade possível, as anormalidades detectadas;
- ✓ Investigar a origem de qualquer anormalidade na edificação que seja indício de princípio de incêndio;
- ✓ Analisar com rapidez a situação e iniciar o combate ao incêndio até a chegada do Corpo de Bombeiros, bem nas ações de primeiros socorros;
- ✓ Estar sempre em condições de auxiliar o Corpo de Bombeiros, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o edifício e o evento, bem como promover rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança;
- ✓ Prestar os primeiros socorros às vítimas, quando necessário;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as orientações relativas às medidas de proteção e combate a incêndios, bem como às normas da PGE, as quais sempre serão pautados nos princípios e doutrinas do CBMERJ.

#### **b) Ações de emergência**

- ✓ Identificar e avaliar a situação;
- ✓ Acionar os órgãos responsáveis: a Assessoria de Serviços (ASERV) e a Coordenadoria de Prevenção de Risco da Assessoria de Segurança Institucional (ASI), para que seja acionado imediatamente o CBMERJ ou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- ✓ Proceder, quando necessário, ao abandono (escape) da população fixa e flutuante da área, de forma total ou parcial, consoante comunicação pré-estabelecida, conduzindo-as para local seguro, denominado ponto de encontro, obedecendo ao descrito no Plano de escape proposto pela ASI juntamente com a ASERV;
- ✓ Prestar os primeiros socorros às vítimas de acidentes ou outro tipo de ocorrência, mantendo ou restabelecendo suas funções vitais com SBV (Suporte Básico da Vida) e RCP (Reanimação Cardio-Pulmonar) até que se obtenha o socorro especializado;
- ✓ Eliminar os riscos interrompendo o fornecimento de energia elétrica e o fechamento das válvulas de tubulações da área atingida, sempre que possível acompanhado do representante da manutenção predial, no que concerne a parte elétrica e hidráulica, respectivamente;
- ✓ Verificar a transmissão do alarme e auxiliar no abandono da edificação;
- ✓ Verificar a transmissão do alarme e auxiliar no abandono da edificação;
- ✓ Garantir o isolamento da área sinistrada;
- ✓ Em caso de ocorrência de sinistro, inspecionar os elevadores para saber se há pessoas presas, acionando os órgãos responsáveis.
- ✓ Efetuar serviços de prevenção e início do combate a incêndio até a chegada do Corpo de Bombeiros.

## **12.2 BENEFÍCIOS ESPERADOS**

12.2.1 Com a contratação desse serviço, a PGE pretende proteger e resguardar a vida, o patrimônio público e o meio ambiente, através de equipe especializada de Bombeiro Civil, de acordo com as Legislações, uma vez que a instituição garantirá maior proteção e segurança ao quadro funcional deste Órgão e no atendimento ao público, com vistas à obtenção dos seguintes resultados, de forma precípua:

#### **a) Alocação Eficiente de Recursos**

O investimento na contratação da Brigada de Incêndio é extremamente útil, pois, além desse serviço ser previsto em lei, conforme demonstrado no item 3 (três), age no sentido de evitar perdas materiais e humanas, minimizando prejuízos e trazendo como consequência economia de recursos, sendo todos os colaboradores e setores desta Instituição beneficiados com tal investimento.

#### **b) Prevenção de Acidentes**

O primeiro passo para prevenir acidentes é entender que nem todo acidente é uma fatalidade. É possível prevenir acidentes de modo a evitar que seu colaborador seja interrompido em sua atividade diária e termine machucado ou, em alguns casos, gravemente ferido.

Portanto, os Brigadistas são as ferramentas certas para que acidentes possam ser prevenidos e a integridade física dos seus colaboradores preservadas, mantendo também atualizado o Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono do prédio-sede da PGE e Convento do Carmo.

#### **c) Boas Práticas**

Um outro benefício com impacto considerável às organizações, que não costuma ser evidenciado quando se fala em investimento em Brigada de Incêndio é o ganho de reputação e autoridade obtido por uma instituição que é reconhecida pelas suas boas práticas de segurança e cuidado com o colaborador.

#### **d) Economicidade**

Pagamento por resultado e por demanda, atendidos os critérios de prazo e qualidade.

#### **e) Efetividade**

Espera-se, com a contratação em tela, a garantia de que as normas de segurança serão cumpridas e aplicadas pelo Convento do Carmo, assim como no edifício-sede da PGE, de forma a assegurar um ambiente adequado.

#### **f) Eficiência**

Previsão de execução dos serviços de acordo como o Termo de Referência, sob pena de aplicação das devidas sanções.



**g) Eficácia**

Previsão de execução dos serviços pela empresa, visando atender as Normas e Legislações, garantindo um ambiente de trabalho melhor e mais seguro.

**13 - DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

13.1 A princípio não serão necessárias providências prévias ao contrato, visto que a contratação de brigadas residentes já possuem uma modelagem que mostra resultado satisfatório no âmbito desta PGE, sendo fiscalizada e gerida pela Gerência de Bens e Serviços (GBS), através de sua Assessoria de Serviços.

13.2 Já a contratação do treinamento de brigada voluntária composta por servidores da PGE é algo inédito, de iniciativa da Assessoria de Segurança Institucional (ASI) desta Procuradoria, através do processo SEI-140001/017939/2023, tema inserido no presente estudo, conforme justificativa constante no subitem 6.2.

13.2.1 Por se tratar de item que comporá a mesma contratação de brigadas de incêndio, sua fiscalização e gestão também será realizada pela GBS, mas com tratativas operacionais executadas pela ASI.

**14 - DO IMPACTO AMBIENTAL**

14.1 Sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, a contratação proposta é de grande importância, pois tem como foco a prevenção de incêndios, de acidentes e a preservação da vida e do patrimônio público, impactando diretamente na mitigação de riscos ambientais.

**15 - DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1 Para que haja, em uma edificação, segurança contra incêndios de forma eficiente, devemos observar três aspectos básicos:

- a) Equipamentos instalados: de acordo com o risco da edificação, sua utilização, área e o número de ocupantes, serão projetados levando-se em conta quais devem ser os equipamentos de prevenção e combate a incêndios necessários para protegê-la.
- b) Manutenção adequada: de nada adianta possuímos sistemas adequados e devidamente projetados para uma edificação se eles não estiverem em perfeito funcionamento e prontos para o uso imediato.
- c) Pessoal treinado: os equipamentos instalados e com uma correta manutenção serão inócuos se não possuímos pessoal treinado para operacionalizá-los de forma rápida e eficiente.

15.2 Assim, podemos perceber quão eficiente é a existência, a formação e o treinamento das Brigadas. O Corpo de Bombeiros não consegue estar presente em todos os locais, como empresas, comércio e indústrias, por isso todas as legislações atuais determinam a existência de grupos treinados para o combate a incêndios, abandono de local e situações de emergência.

15.3 Devemos então, prover o Edifício-sede desta PGE e o Convento do Carmo de segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio e abandono de área, bem como na prestação de atendimentos de primeiros socorros, de urgência e emergência, aos servidores, prestadores de serviços e visitantes, proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao patrimônio público e ao meio ambiente.

15.4 Para tanto, diante dos fatos apresentados neste ETP, verifica-se a necessidade da contratação, considerando que os serviços pretendidos são necessários ao bom funcionamento da estrutura administrativa e fundamental ao desenvolvimento das atividades do Órgão e não possui correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal da PGE-RJ.

15.5 A contratação atual do serviço de brigada civil e a contratação inédita do serviço de formação de brigadistas voluntários atendem de forma satisfatória aos requisitos legais e técnicos previstos, de forma que são adequadas à manutenção do mesmo modelo de prestação do serviço em questão.

15.6 Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, pois os estudos técnicos demonstram a importância do processo de contratação e a ampla capacidade do mercado em atender a necessidade demandada, considerando-se que há solução de mercado para a demanda requerida.

15.7 Cientificamos a viabilidade econômica, pois a contratação vigente nesta PGE está dentro dos preços praticados no mercado em uma contratação deste porte, tendo bom desempenho operacional.

**16 - RESPONSÁVEIS**

David da Silva Cunha – ID 613026-7

Luciana de Oliveira Benedito – ID 3104065-9

Víctor Henrique França e Silva – ID 9999196-9



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Braga Moreira, Gerente**, em 05/02/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **66080400** e o código CRC **82B32EAE**.

Referência: Processo nº SEI-140001/017540/2023

SEI nº 66080400

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020  
Telefone: (21) 2332-7316 - <https://www.pge.rj.gov.br/>